

O FIGUEIROENSE

ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO DO CONCELHO DE FIGUEIRO DOS VINHOS

PROPRIEDADE DO CENTRO REPUBLICANO CINCO DE OUTUBRO

Preço do jornal(Decreto n.º 6703 de 24 de junho último)
cada número—cinco centavos.

Anunciando-se as obras das quais se reciba um exemplar

Publica-se nos sábadosAdministração, composição e impressão na typographia
do

CENTRO REPUBLICANO

Rua da Água — FIGUEIRO DOS VINHOS

PUBLICAÇÕES E ANUNCIOS**Preços convencionais**Toda a correspondência deve ser dirigida ao diretor.
Originais arrematados ou não publicados não se substituem.

Anúncios permanentes e comunicações para convocações.

DESORIENTAÇÃO

Portugal atravessa neste momento um período de desorientação, como outro sé não registava me toda a sua história e que envolve inteiramente todas as classes sociais desde as mais humildes e ignorantes até as mais elevadas e selectas, parecendo que todas se acham satan e desorganizam graves ou se exageram preços e se exigem aumentos de salários, numa ação de tudo confundir e aniquilar a que nada resiste de proveitoso e útil.

E assim, por virtude dessa falta de coesão e homogeneidade dos nossos governos que o paiz nos oferece espetaculos verdadeiramente edificantes, como, por exemplo, este dos vencimentos dos funcionários públicos em que o carteiro da nossa terra rivalisa em ordenado com o Delegado do Procurador da República e onde os professores de instrução primária ganham mais que o M.º Juiz da nossa comarca!!

Emfim, há um concelho como o nosso onde a digna Câmara ainda não lançou em ano algum para todas as despesas do município mais que 60% sobre as contribuições do Estado; mas aonde só para as despesas da instrução primária nos dizem que o governo vai lançar no próximo ano percentagem não inferior a cento e cincuenta por cento!

Quer isto dizer que vai custar mais de 15 ou 20 contos a instrução primária do nosso concelho, que só por si absorve mais que o próprio Estado e até talvez mais que o Estado reunido com a Câmara Municipal!!

Então isto sucederia-se nas altas esferas do poder e por parte dos nossos legisladores houvesse a ponderação e o estudo que é mister existirem homens de governo?

Então isto pode manter-se ou tolhar-se em paiz algum onde a desorientação não campeie como no nosso paiz?

Decerto que não. O professorado tem direito a remuneração do seu trabalho, que não é pouco nem pouco aborrecedor e fatigante; mas essa remuneração deve estar em perfeita paridade com o restante funcionalismo do paiz, não apresentando destas verdadeiras anormalias de suplantar o vencimento dos próprios Juízes de Direito cujas habilidades, largo e fatigante tirocínio na carreira da magistratura e necessárias condições de independência, de facto não tem

paridade com as daqueles funcionários, aliás bem prestimosos.

Não ficam, porém, por aqui os exemplos que, só no nosso concelho, podemos oferecer aos nossos presados leitores havendo muitos outros casos não menos edificantes como este do oficial de diligências da Administração do Concelho ganhar actualmente mais do que ganham reunidos os chefe da secretaria, o amanuense e o tesoureiro da Câmara!!!

Segundo mais nos informam o tesoureiro da Fazenda Pública, que tem um proposto largamente pago pelo estado e que lhe faz sem grande esforço todo o serviço da recebedoria, ganha actualmente mais que os dois magistrados da nossa comarca, e ao respectivo conservador, dizem-nos, que uma lei em projeto manda quintuplicar, ou seja cobrar cinco vezes mais caros os respectivos emolumentos!!

Por aqui nos ficamos que o sudário vai longe de mais e para pano de nostra cremos ter escrito já o suficiente.

Hospedes ilustres

Com a distinta família Caneva, a que hoje pertence pelo seu casamento com a ex.º sr.ª D. Maria Candida da Costa Simões Caneva tem estado entre nós o nosso ex.º amigo e sr. dr. Mario Leite Ribeiro, conhecido e talentoso advogado da vizinha comarca de Anelão, ao qual apresentamos os nossos cumprimentos de boas vindas.

Primeiro de Dezembro

Apesar das apreensões e incertezas da hora que passa foi dignamente festejada no nosso concelho esta gloriosa data, em que há 280 anos um punhado de bravos sacudiu estrondosamente o domínio castelhano que o vinha asfixiando há meia duzia de décadas de ansiedade e fatigante; mas essa remuneração deve estar em perfeita paridade com o restante funcionalismo do paiz, não apresentando destas verdadeiras anormalias de suplantar o vencimento dos próprios Juízes de Direito cujas habilidades, largo e fatigante tirocínio na carreira da magistratura e necessárias condições de independência, de facto não tem

Cioso da sua independência como poucos, o povo português, sejam quais forem as amarguras que o atormentem, não pode deixar de recordar com jubilo esse glorioso dia 1.º de Dezembro de 1640, em que nada mais de quarenta bravos sacudiram dum vez para sempre o domínio castelhano, que já se soprunha seguro neste paiz de bravos!

O NOVO GOVERNO

Depois das várias peripécias a que nos referimos no artigo principal deste jornal foi finalmente constituído governo pelo sr. tenente coronel Liberato Pinto, deputado da nação e chefe do Estado Maior da Guarda Nacional Republicana, governo que ficou assim constituído:

Presidencia e Interior—Liberto Pinto.

Justiça—Dr. Lopes Cardoso.

Finanças—Cunha Leal.

Comércio—Dr. António da Fonseca.

Estrangeiros—Dr. Domingos Pereira.

Instrução—Dr. Augusto Nobre.

Agricultura—Dr. João Gonçalves.

Colonias—Dr. Alvaro de Castro.

Marinha—Dr. Júlio Martins.

Trabalho—José Domingos dos Santos.

A hora a que escrevemos falta ainda prover a pasta da Guerra para a qual se indigitou o sr. Freitas Soares.

João do Rio

Paulo Barreto (João do Rio) é um extremo defensor dos portugueses no Brasil, sofreu há pouco uma insolita agressão por n'A Pátria ter defendido os pescadores portugueses. A redacção do *Jornal da Europa* resolveu abrir uma subscrição, destinada à compra de um objecto de arte, tinteiro e caneta de ouro, para ofertar ao grande amigo de Portugal.

As pessoas que quiseram contribuir para a subscrição podem enviar os donativos a quem nosso colega, ou à redacção d'*O Figueiroense*, que lhe dará o devido destino.

O que fazem as feras e os repetis

Segundo as últimas estatísticas publicadas, a mortalidade na Índia durante o ano passado, em consequência de mordeduras de serpentes, foi de 20.273 pessoas, contra 22.600 no ano antecedente.

O numero de serpentes mortas no ultimo ano ascendeu a

58.416 e em 1918 a 69.495.

Além das vítimas das serpentes, pereceram 2637 pessoas entre as garras doutros animais selvagens. Os leões cansaram a maioria dessas mortes. Os leopardo mataram 489; os lobos, 294; os javalis, 20; os crocodilos, 185; os ursos, 118; os elefantes, 60 e as hienas, 33.

Durante o ano de 1919 foram destruídos, além das serpentes, 19.094 animais selvagens, dos quais 1.518 eram tigres, 5.432 leopardo, 2.485 ursos e 1.941 lobos.

Porque seria?

Relatam os jornais da capital que os sr. Cunha Leal e Júlio Martins, assistindo a um espetáculo público no teatro Apolo se levantaram em dado momento e largaram as boas de verborreia política cascando a seu modo nos adversários, alias dali ausentes.

Vários espectadores, e sobre tudo as senhoras, que assistiam ao espetáculo, no justi reio recio de tumultos que, por fim, efetivamente se vieram a dar abandonaram o espetáculo com prejuizo do dinheiro que tinham dado pelos bilhetes, não tendo comido a polícia capturado os delinquentes.

Esta atitude da polícia tem dado que pensar a muita gente perguntando-nos de várias partes—por que seria?...

Home essa! Por que seria?
Está bem de ver foi *falta de esquecimento* da polícia, pois que havia de ser?..

A que chegámos!

Recenseamento militar

Todos os mancebos nascidos neste concelho ou que nele tenham a residência legal e que completem 19 anos até ao fim deste mês são obrigados a ir no mês de janeiro à secretaria da Câmara Municipal participar à Comissão do Recenseamento militar que chegará à idade de ser inscritos nesse recenseamento.

Igual obrigação incumbe aos pais, tutores ou pessoas de quem esses mancebos dependem e a falta duns e outros é punida com a multa de 20 a 50 escudos imposta em polícia correcional.

A CRISE PORTUGUESA

O exercito e a politica

Portugal dá a impressão flagrante da desordem—nas ideias, nos costumes, nos hábitos, nas instituições, na família, na sociedade e no Estado. A sua velha alma errante, o seu pensamento desvaira-se.

Já não é de hoje esta situação revolta e confusa.

Vem de largo. A Monarquia esborrou-se, porque não conseguiu disciplinar, organizar o caos.

A República, apesar de diariamente haver quem a dê como entraiada e forte, luta sempre contra a anarquia, como um pastor com os lobos no meio do seu rebanho.

O português, interiormente sente que vive na inerteza e na instabilidade, não encontrando uma crença que o firme e proteja contra as inquietações da sua consciência. Contradiz-se, embraça-se, disente e não conclui, critica e não ordena. Só encontra palavras, quando busca soluções.

Celha miragens, onde busca esperanças.

Atiça odios, necessitando paz e amor.

Recobram-lhe a religião que fazia da sua vida um cuidado não só terrestre, mas também divino. A sua maneira de ser crivada, em que a resignação e a força vinham a ser duas expressões altas da mesma virtude, foi-lhe apontada como uma inferioridade.

Ele acreditou quem o pervertia.

A liberdade que lhe prometeram como maior conquista do homem e do cidadão aceitou-a com entusiasmo, julgando que assim assegurava a plenitude do seu destino. As suas mãos calosas mergulharam no vacuo e nada apreenderam. Só pôde ser livre quem tenha o raro, raríssimo poder de vencer, dominar.

A política não consegue enriquecer os humildes com aquilo que eles não sabem usar.

As Constituições não são estatutos liberatórios, mas sim compromissos de honra.

Fazer livres seis milhões de portugueses o mesmo seria que decretar a hipocrisia como máscara da escravidão.

Até Lenine já proclama isto.

Os paizes bem governados são aqueles em que os homens superiores se acham investidos da soberania. O povo é um repositório de energias virgens, necessárias para renovar, purificar e fortalecer o que social e politicamente se enfraquece ou corrompe.

Entre nós porém a democracia fez do governo o serviço e do povo o soberano. Este manda, dispõe impõe, subjuga e condensa. Aquela obedece, sujeita-se a todas as ignorâncias. Bem sabemos que a noção do povo está viciada, visto não ser ele quem impõe, mas antes uma turba de fariseus que vestiram a sua pele. O mesmo dizemos dos governos, pois que, em vez deles, surge-nos não o senhor, mas o lacaião.

Tal inversão de relações nunca poderia operar-se, se em Portugal não se desse conjuntamente uma inversão de sentimentos. Para que os imbecis tenham um altar exigir-se que o culto da virtude seja proritário, renegado. Ora isto passou-se na nossa terra!

A conquista da liberdade serviu quasi tão somente para desembocar o invejoso do calvario da sua inveja, o mediocre do vexame da sua mediocridade e o ignorante do estigma da sua ignorância. Jamais os inferiores puderam maquear tanto à vontade as biografias dos barões assassinados.

O Estado que era um fecho de globada, tornou-se a porta sem trancas dum curral aberto a todos. As classes que eram um resultado lenito de sucessivas domesticações do troglodita que, dentro de nós, espanta a hora de escapar-lhe, afrouxaram as suas distinções, quebraram a rigidez dos seus princípios.

A blasfêmia substituiu a prece.

A revolta, que é uma porta falsa da escravidão apareceu nas ruas com o seu longuissimo bando de mancos e astriopiatas a proclamar o orgulho de andar de rastros.

E o militar, o homem da força ao serviço do direito, o que defende a ordem que

lhe paga, lhe dá uma espada e um rubrilhante uniforme, tomou a sua missão como um folhetim de jornal em que se permite aos personagens tudo, mesmo o horrível, com tanto que deliciam e comovam as leitoras cruéis e açucaradas.

Em Portugal, o exercito envenenou-se com a política e esta forçou-o a muitas humilhações. Debalde os bravos protestam e rugem. A hierarquia arrasou-se. A disciplina vai-se quebrando.

Não se vê no soldado o responsável pela defesa do solo, a garantia sagrada do dever que se cumpre com sacrifício da própria vida. Todos conspiram para lhe aproveitarem os serviços com prejuízo dos seus contrários. Todos os partidos os chamam para o seu seio. A medida que se desorganizam ou paralisam os poderes do Estado, o exercito, que deverá manter-se impenetrável à desagregação, deixa-se ir na corrente. O povo que paga o imposto nem ao menos tem a consolação de saber que o seu dinheiro, ao entrar nos cofres públicos, nunca deles sairá para, no dia seguinte a uma revolução triunfante, pagar aos que lhe destruíram a sua fazenda e lhe mataram os seus próprios filhos. Não bastará esta desconfiança para romper toda a harmonia entre a Nação e o Estado?

O exercito, desde que apaixonadamente entra nas pugnas e ambições dos partidos, grupos e seitas, deixa de ser a salvaguarda de nós todos, para se converter numa ameaça constante ao nosso socorro. Representa a opressão.

O respeito da disciplina e o culto do heroísmo, que tanto prestígio atribuem ao militar, quando sacrificados a passageiras e percebeveis impetos de vingança ou desejos incontrados de mando colocam os povos na mesma posição do desgraçado que, mesmo nos degraus da força, tem de depor na mão ignobil do cárasco a paga de o matar ignominiosamente.

JOAQUIM MANSO
(D'A Patria)

AOS NOSSOS ASSINANTES

Devida às enormes subidas do preço do papel que constantemente se veem dando, e em face do decreto 6703 de 24 de junho último, vimos-nos obrigados a elevar o preço do nosso jornal ao dobro desde aquela data. Por tal motivo pedimos aos nossos ex^{mos} assinantes, que não desejem continuar assinar o jornal, que

o devolvam, evitando-nos assim maiores despezas. **Aos ex^{mos} assinantes** que se encontram em atraso no pagamento das suas assinaturas, muito principalmente dos da África e Brazil, por ser bastante difícil e dispendiosa essa cobrança, pedimos o grande favor de, por val do correio, ou saque, mandarem satisfazer as suas assinaturas ao secretario da redação Artur de Paiva Furtado; favor que antecipadamente agradecemos.

A Direcção

CASA

Vende-se uma morada de casas com lojas e primeiro andar, bem situadas nesta vila.

Dão-se esclarecimentos nesta redação.

Anuncio

1.ª publicação

Foi prorrogado por mais trinta dias que terminavam no dia 30 de dezembro proximo a correição aberta no dia 14 de outubro último, aos funcionários que servem perante este Tribunal e aos solicitadores e oficiais do Juizo de paz, compreendidos na área da comarca. Por isso e para que as pessoas que tenham queixas a fazer contra aqueles funcionários

as apresentem até àquele dia.

Figueiro dos Vinhos, 30 de novembro de 1920.

O escrivão
Elisio Nunes de Carvalho

Verifiquei

O Juiz de Direito
Pereira de Carvalho

ARTIGOS SANITARIOS

Materiais de construção.

Cimentos e Gesso.

Tubagem de ferro e chumbo.

Chapa de ferro galvanizada.

Artigos para instalações eléctricas e campainhas

Instalações da Laz Wizard.

José Pedro dos Santos

Figueiro dos Vinhos

Palha, Fenos, Cereais, Carvão vegetal e Azeite

Vendo aos melhores preços.

Entrega imediata em wagons propriedade particular:

Ana da Silva Mendes
Rocio d'Albrantes
Porto, R. do Freixo,
1794 a 1800
FILHOS R. Garrett, 52
Lisboa, R. Assunção
57—3.

ANTONIO FERNANDES VAEDAI

CABAÇOS

Estabelecimento comercial de legumes secos:

Feijão de diferentes qualidades, chixaros, grão e gravance.

Vendas ao público

PREÇOS DA TABELA